
HELENA NO PAÍS DAS VERDADES: A FORMAÇÃO DO LEITOR CRÍTICO EM MINHA VIDA DE MENINA, DE HELENA MORLEY

Daniela França Chagas Batista Valente

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo, a partir das teorias de ensino de literatura, propor uma leitura de *Minha Vida de Menina*, de Helena Morley em sala de aula. Considerando questões de classe, raça e gênero, presentes no livro, pretende-se construir junto dos alunos uma reflexão sobre a sociedade que vivem. A partir de teóricos como Paulo Freire, Rita Schmidt, Roland Barthes e Phillip Lejeune pretende-se neste trabalho pensar nova abordagem de literatura, que possibilite que o aluno contribua com as suas experiências de mundo na construção do conhecimento.

Palavras-chave: Helena Morley; Literatura e Ensino; Diário.

Introdução

Este trabalho se dedica a estudar, à luz dos estudos na área de ensino de literatura, o livro *Minha vida de Menina*, de Helena Morley, publicado em 1940, com o intuito de propor uma abordagem da obra em sala de aula, considerando suas possibilidades de leitura. Para entender a proposta que aqui será elaborada faz-se necessárias algumas considerações sobre a obra. O texto consiste diário da mineira Alice Dayrell Caldeira Brant, escrito entre os anos de 1893 a 1895, por incentivo de seu pai. O livro alcançou fama, sendo elogiado por grandes nomes da literatura, dos quais destacamos Guimarães Rosa. Sua fama não está atrelada apenas aos elogios, mas também ao fato de apresentar questões relevantes à sociedade patriarcal, seriam tais como, diferenças de classe, gênero e etnia, questões estas, que no são contemporâneas. Assim, considerando que a nossa proposta para este artigo, como já foi dito, é propor uma chave para trabalhar este texto em sala de aula, buscamos apresentar uma crítica do livro mencionado, ressaltando os aspectos supracitados.

Além disso, pretende-se neste trabalho pensar nova abordagem de literatura, que possibilite que o aluno contribua com as suas experiências de mundo na construção do conhecimento. Dessa forma, o presente trabalho, almeja, também, resgatar a função social da literatura que Antonio Candido defende: “Toda obra literária é antes de tudo uma espécie de objeto, de objeto construído; e é grande o poder humanizador desta construção, enquanto construção” (CANDIDO, 1995, p. 245).



O ensino hoje

Atualmente, o ensino de literatura nas escolas de Ensino Médio, nem sempre forma leitores competentes, críticos e capazes de criar sua própria leitura e, na maioria das vezes, deixa a obra literária em segundo plano. Percebe-se que este afastamento do texto em si acontece porque o ensino está voltado, em geral, para a história da literatura, estudando apenas os movimentos literários, ainda que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS) insistam em uma abordagem do texto que parte da literariedade e das manifestações socioculturais nele presentes, pensando a leitura como uma multiplicidade de fatores vinculadas à obra e, também, ao leitor.

Observa-se que, na maioria das vezes, o texto literário trabalhado em sala é oriundo do que chamamos cânone ocidental, excluindo, portanto, uma ampla gama de textos de igual importância para a sociedade. Em geral, eles são apresentados como obras “prontas”, previamente interpretadas, não permitindo que o estudante faça a sua própria leitura, anulando a interação entre texto e leitor. Vera Aguiar afirma que tal participação do leitor é imprescindível para o texto literário porque como já dizia Humberto Eco, o “texto literário é um organismo preguiçoso, isto é, trabalha pouco para se constituir, é econômico na ação, delega ao leitor a tarefa de completá-lo” (*apud* AGUIAR, 1999, p. 242).

Assim, reduz-se a literatura a uma transmissão de conteúdos, silenciando as inúmeras possibilidades que ela pode oferecer ao estudante. Como, bem observa Ivanda Martins,

[...] a literatura deveria ser compreendida como produção artística inserida na cultura, sofrendo influências de ordem política, social, ideológica, histórica, entre outras. Porém, normalmente, o aluno não apresenta essa compreensão mais ampla, não conseguindo entender que a obra literária é produto de uma obra maior, no qual a visão de mundo, valores ideológicos de uma época, costumes, lendas, enfim, a diversidade de elementos culturais participa ativamente, influenciando a constituição do texto (MARTINS, 2007 p. 90).

Agravando ainda mais esta situação, em algumas escolas, o texto literário é tratado de forma maçante, sendo abordado pelo professor com técnicas que não prezam pela reflexão, mas pelo recolhimento de informações sobre a obra como fichamentos e questionários. Como afirma Leonor Santos:

uma descaracterização da leitura, pois o aluno não percebe sua importância como co-autor do texto, ou seja, não se considera, na escola, a interação texto-leitor imprescindível para o ato de ler. O desinteresse dos alunos ocorre devido à automatização da leitura expressa nas questões objetivas e repetitivas presentes nas avaliações. Como exemplo, temos as chamadas “fichas de leitura”, que acompanham os livros paradidáticos e são definidas por editoras e alguns professores como guias ou roteiros (SANTOS, 2008, p. 32)



Desta forma, impede-se a fruição da leitura, visto que os alunos a fazem buscando determinadas informações previamente solicitadas e não são tocados pelo texto, prejudicando o pensamento crítico sobre a obra. No entanto, Roland Barthes, em *O prazer do texto*, define dois tipos de textos, um que não implica ruptura e outro que é proveniente da intenção crítica do leitor:

[...] O texto de prazer é “aquele que contenta, enche, dá euforia; aquele que vem da cultural, não rompe com ela, está ligado a uma prática confortável de leitura”. O texto de fruição é “aquele que põe em estado de perda, aquele que desconforta (talvez até um certo enfado), faz vacilar as bases históricas culturais, psicológicas, do leitor, a consistência de seus gostos, de seus valores e de suas lembranças, faz entrar em crise sua relação com a linguagem” (BARTHES, 1987, p. 20-21)

Percebemos então que há fatores que condicionam este tipo de leitura, dentre eles podemos observar o papel do professor que, como destaca Ivana Silva, deve ser o de: [...] colaborar com os alunos, visando à construção/reconstrução de interpretações e não simplesmente apresentando leituras já prontas” (SILVA, 2006, p. 520).

Outro fator influenciador são as condições estruturais e financeiras de muitas escolas públicas que dificultam o acesso ao livro em algumas escolas que acabam levando o professor a recorrer a fragmento da obra, dificultando o processo de leitura, já que o aluno recebe o texto, às vezes, sem início ou fim.

Por este motivo este trabalho faz-se ainda mais importante visto que pretende fornecer ao professor uma nova concepção do processo de leitura que reconhece uma variedade de sujeitos com diferentes práticas culturais no âmbito escolar e pretende, a partir disso, trabalhar o ato de ler como um encontro de expectativas, sempre com vistas a um movimento ativo do leitor sobre o texto.

Um pouco de Helena

O livro *Minha vida de Menina* consiste em uma escrita diarística por parte de Alice Dayrell entre os seus 12 e 15 anos, mas foi publicado em 1942, sob o pseudônimo Helena Morley. A obra entrou para o cânone da literatura brasileira, tendo sua importância destacada por Alexandre Eulálio, no prefácio da obra:

Minha vida de menina ocupa uma posição especial entre os livros escritos no Brasil. Diário de uma adolescente, composto sem intenção de arte, fenômeno por todos os títulos curioso, amanheceu um clássico, vindo conquistar imediatamente, sem alarde, um lugar de destaque em nossas estantes (EULÁLIO, 1999, p.7).

Destacar a importância desta obra é essencial para compreendermos um importante período da nossa História, já que a narrativa se passa em Diamantina, apresentando um registro da sociedade



do século XIX. Neste período, a Lei Áurea havia sido assinada, mas a mulher ainda não tinha direito a voto e, o casamento era seu único caminho em uma sociedade predominantemente católica. Sobre a importância social deste livro, Raquel de Queiroz comentou no Jornal *Folha Carioca* de 29 de Abril de 1944:

Se dona Helena Morley fosse mais pretensiosa poderia dar ao seu livro um título mais ou menos assim: “Retrato de uma cidade brasileira nos fins do século XIX” – ou “Memórias do último período do patriarcalismo escravocrata” (esse eu calquei numa frase de Gilberto Freyre) ou qualquer coisa idêntica de sabor sociológico e erudito. Porque esse diário de uma menina representa na verdade um apanhado maravilhoso dos costumes, das tradições, é um retrato a bico de pena da cidade de Diamantina nos fins do século passado, com seus tipos populares, suas festas, seu pitoresco, seu primitivismo de localidade onde não chegou ainda uma ponta de trilho, e está a meio século de distância da primeira asa de avião (BRANT, 2014).

No texto, a afirmação de Raquel de Queiroz é confirmada pela descrição que Helena faz de sua terra, dos costumes e das relações sociais que a cercavam. O patriarcado, a opressão contra as mulheres, o racismo cordial, a religião e as questões de classe estão presentes no livro de Morley, como podemos observar no trecho abaixo:

O único lugar de toda a redondeza que tem frutas é a chácara de Seu Juca. Frutas e verduras. Nem sei como eles plantam assim. Aqui na Boa Vista só querem minerar. É só diamante e ouro; não cuidam de outra coisa. Para plantar, eles todos dizem que a terra não presta. Mas agora nem sombra de fruta a gente verá mais, nestas férias, por culpa de Cesarina. A demônia da negrinha entortou o caldo todo (MORLEY, 1999, p.21).

É importante salientar que Helena Morley como outras escritoras do século XIX, também não encontra seu lugar na historiografia literária. É claro que isso é reforçado pela natureza da obra de Alice Dayrell; ela nunca se apresentou como escritora. Conforme relatos de seus familiares¹, sempre teve muita relutância em publicar seu livro, jamais pensou em escrever outra narrativa. Contudo, isto não tira a força assombrosa de sua narrativa que proporciona ao leitor uma importante paisagem do século XIX sob o olhar inocente e questionador de uma menina de doze anos que problematiza os padrões de gênero e os valores da sociedade em que vive.

O diário de Helena

No estudo de uma obra é importante ater-se ao gênero textual a que esta pertence. No caso em questão, trata-se de um diário, que é um gênero difícil de definir, marcado por datas, trata da escrita cotidiana, porém sem a obrigatoriedade de ser confessional. O livro *Minha Vida de Menina* é apresentado o dia a dia de uma menina de doze anos em Diamantina, no interior de Minas Gerais.



O estudioso Phillipe Lejeune observa que o diário tem sido praticado por mulheres, durante muitos anos, especialmente, das mulheres burguesas da França, porém popularizou-se, como ele afirma: “Escrever um diário foi sempre uma atividade característica das filhas da nobreza e da burguesia, mas, em uma certa medida, a prática se espalhou “para baixo”, de modo análogo ao sistema educacional” (LEJEUNE,1997, p.105).

Helena, em vários momentos, afirma o lugar de confidente que o diário ocupa em sua vida, como no dia em que engana sua prima Luisinha: “Vou escrever aqui o que fiz com ela e não tenho vergonha, porque só o papel vai saber” (MORLEY, 1999, p. 78).

Segundo Philippe Lejeune, “Isto é sem dúvida o que as professoras e os educadores católicos temiam: a inversão da função da escrita, quando um método de adaptação torna-se um instrumento de emancipação, senão de contestação” (LEJEUNE, 1997, p. 112).

Contudo, o diário é um importante documento histórico, pois relata o cotidiano de outra época, com detalhamento, como diz o próprio Lejeune, “por serem um documento interessante para a história dos costumes e mentalidades” (LEJEUNE, 1997, p. 101).

Sobre a questão do diário como documento de época, Raquel de Queiroz destaca o tom autobiográfico da obra de Morley:

É uma biografia disfarçada, esta, de Helena Morley, mas ao mesmo tempo é uma espécie de história natural da vida da família brasileira no último período do patriarcalismo escravocrata e numa região menos conhecida que o nordeste da cana de açúcar. Sob esse aspecto é que o diário de Helena Morley me interessa mais vivamente (Raquel de Queiroz apud Brant, 2003).

Dessa forma, o diário pode ser visto tanto como um relato um documento de foro íntimo, como também sendo documento de uma época, por apresentar o cotidiano daquela sociedade.

Diamantina em um Porta-retrato

Na obra em estudo, as questões religiosas são abordadas com detalhamento. Em seu diário, ela apresenta alguns ritos religiosos da Igreja Católica, que apesar de raros, ainda são comuns no interior de Minas Gerais.

Em determinado momento, Helena narra um ritual religioso: “a visita do santíssimo” e a importância desse ritual para aquela família: “vovó fez como a procissão. Mandou pôr pela rua afora montinhos de areia e folhas de café. Preparou o altar, acendeu as velas e ficou radiante de ver o Santíssimo entrarem casa” (MORLEY, 1999, p.31).



No que tange à questão religiosa, o livro ainda apresenta as celebrações da Semana Santa, como o domingo de Páscoa:

O domingo de ressurreição é para mim o melhor dia do ano. Primeiro fico cansada de tanto jejuar e no domingo eu desferro na comecem de carne de galinha; depois por ser o dia mais alegre do ano (MORLEY, 1999, p.139).

Podemos afirmar que a questão religiosa entra em cena com vigor neste livro, pelo fato dele se passar em Minas Gerais, estado que tem como característica a força da Igreja Católica, preservando inúmeros rituais, como as procissões, a Semana Santa.

O livro *Minha Vida de Menina* apresenta ao leitor uma sociedade em transição, após a abolição da escravidão e apresenta conflitos de classe e étnicos. Muitos dos personagens negros sequer possuem nome próprio sendo referidos como “negrinha, negros” revelando assim o racismo cordial que dominava aquela sociedade. Por se tratar de um membro da família burguesa, Helena revela este olhar para o leitor, por exemplo, ao se referir a eles com termos depreciativos, como nessas passagens: “e a negrinha gritando” (MORLEY, 1999, p.125), “a negrada” (MORLEY, 1999, p.139).

Assim, notamos pelo olhar da menina que pouca coisa mudara com a lei Áurea. Os negros ainda ocupavam as mesmas posições de antes, servindo a seus senhores fazendo os mesmos trabalhos que faziam antes da Abolição.

Além disso, não fica explícita em nenhum o momento a questão da remuneração que estes recebiam, já que eram livres. Contudo, ao longo da obra, Helena explicita que Cesarina recebia pertences das moças quando elas não queriam mais, em troca de seu trabalho. Ademais, a referência a ela sempre vem acompanhada com o pronome possessivo: “Nós temos uma negrinha” (MORLEY, 1999, p.110), evidenciando, que eles nunca deixaram de ser vistos como objetos posse dos seus senhores.

Ademais Helena reforça esta ideia ao evidenciar seu estranhamento com o casamento entre uma mulher branca e um homem negro, evidenciando o tabu das relações interracialis “Ela casou com um negro que faz até tristeza” (MORLEY, 1999, p. 127).

Entretanto, é preciso destacar que em nenhum momento do livro há uma cena de violência explícita contra os negros. Todos são tratados com cordialidade, evidenciando-se um mascaramento do racismo que vai prolongar até os dias atuais, como pode ser observado na sentença: “A nossa negrinha Cesarina tem nos feito muita falta [...]. Ela é tão nossa amiga e tão boazinha para nós” (MORLEY, 1999, p. 70). Logo, o professor pode convidar seus alunos a pensarem sobre a situação dos negros no país. Quais postos de trabalho eles ocupam? O que mudou em nossa sociedade desde



então? Estes questionamentos possibilitam discutir problemas sociais do país, como a precarização do trabalho, violência e desigualdades sócias.

As questões sociais no livro se aprofundam ao se pensar na família de Helena. Descendentes de ingleses, que trabalham com a mineração e compõem um círculo familiar burguês típico, ao longo do texto são apresentadas as relações que a família constrói. Ainda, o pai de Helena não é o mais próspero dos mineradores o que faz Helena afirmar que eram os “mais pobres”. Essa situação foi evidenciada no uso do uniforme na Escola Normal, pois assim as diferenças entre Helena e as colegas não seriam agora mais evidenciadas: “umas andavam bem vestidas, mostrando suas riquezas e outras sua pobreza. Agora estamos todas iguais, graças a Deus” (MORLEY, 1999, p. 146). Sobre estas questões, Cunha e Freitas resumem a importância do Diário como registro de uma época:

O diário de Helena Morley apresenta-se assim como uma importante fonte de pesquisa da relação de classe raça/etnia do final do século XIX, na cidade de Diamantina. Entre outros temas, sociabilidade e intimidade fazem-se presentes em seu diário e cada acontecimento registrado, motiva o leitor a pensar sobre representações sociais e de gênero, códigos e normas morais e padrões de educação e de convivência do período em questão (CUNHA, FREITAS, p. 383).

A menina Helena

Em *Minha vida de Menina* nos é apresentado o cotidiano de uma jovem em seu processo de formação. Virginia Woolf dizia que para “entendermos a mulher incomum devemos olhar para a mulher comum” (WOOLF, 2014, p.171). Logo, o olhar para o cotidiano torna-se fulcral e esta é a maior riqueza do diário de Helena Morley. Assim, *Minha Vida de Menina* apresenta esta menina comum que questiona o padrão de gênero e as regras impostas pela sociedade.

Mamãe diz que merecia este castigo para não querer virar mais menino homem. Tudo que meus irmãos fazem eu invejo, e enquanto não faço não sossego. Eu tinha muita inveja de ver meus irmãos montarem em cavalo em pelo. (MORLEY, 1999, p.117).

Helena nos é apresentada em constante processo de escolarização. O tempo todo ela é ensinada a agir como uma moça, como se portar, o que falar tudo isso para, enfim, ocupar o lugar que esta sociedade lhe reservava: o de esposa e mãe. Helena, ora questiona e ora se submete a esse lugar, como no momento que ela se enfeita: “Penteou-me, depois me pôs pó-de-arroz, quando eu olhei no espelho e vi que não era feia” (MORLEY, 1999, p.77). Sobre a personagem e esta experiência de escolarização, Cunha e Freitas afirmam:



A ampliação do espaço de sociabilidade, através da escolarização no final do século XIX, permite que muitas jovens como no caso de Helena Morley, realizem “experiências de liberdades” e pequenas transgressões. Ainda que se encontrem subunidas ao controle do espaço escolar, conseguem re-elaborar valores e preceitos, assim como reinterpretar seus futuros papéis, como mãe e esposa (CUNHA, FREITAS, p. 388).

O processo de escolarização mencionado por Cunha e Freitas ainda persiste na contemporaneidade, em que meninas são levadas a seguir modelos de feminilidade outrora estabelecidos. A escola, se não estiver atenta a questões sociais e a diversidade no corpo de alunos, pode reproduzir preconceitos e práticas discriminatórias. Paulo Freire afirma que “o ensino dos conteúdos não deve dar-se alheio a formação moral do educando” (FREIRE, 1996, p.15), desta forma, a escola tem uma responsabilidade ética na formação do cidadão.

O trabalho com a obra *Minha Vida de Menina* pode ser um caminho para abordar questões da sociedade contemporânea em sala. Racismo, diferenças de classe, opressão de gênero são aflições que acompanham os jovens de hoje. Paulo Freire afirma que “ensinar é uma forma de intervenção no mundo” (FREIRE, 1996, p. 44), assim trazendo um livro como este, seria abrir possibilidades que os alunos façam reflexões sobre o mundo. Os estudos literários têm muito a contribuir, como afirma Rita Schmidt:

Penso que os estudos literários podem articular o seu papel educacional com uma função social de relevância na medida em que abrirem o campo de reflexão e crítica às formas de silenciamento, de exploração e destituição do humano (SCHMIDT, 2008, p. 139).

Logo, a literatura é este lugar de reflexão onde verdades são colocadas em evidência. No livro de Helena Morley são postas reflexões sobre classe, etnia e especialmente, sobre a questão das mulheres, que possibilitam a construção entre professores e os alunos de intervenções que renovem o conhecimento, como afirma Paulo Freire: “Uma das tarefas fundamentais do educador progressista é, sensível à leitura e a releitura do grupo, provoca-lo bem como estimular a generalização da nova forma de compreensão contexto” (FREIRE, 1996, p.32).

Desta forma, o professor, em conjunto com os alunos, poderiam a partir dos elementos destacados na análise literária feita ao longo deste texto, refletir quais destas práticas e valores ainda permanecem em nossa sociedade e que posturas poderiam assumir de forma a interferir nessa sociedade.

Graças Paulino e Ivete Walty, também, compartilham da visão que a literatura pode ter uma função social:



Ao encenar textualmente as diferenças de vozes que constituem a realidade sem dar lições de moral, de ética ou de política a seus leitores, pode levá-los a pensar enquanto vivem o prazer de ler (PAULINO, WALTY, 2005, p. 152).

O diário de Helena Morley, com todas suas críticas sociais, é um texto carregado de humor e sensibilidade, o que poderia despertar o interesse dos educandos, que conduzidos por um professor progressista construiriam discussões de modo a intervir em sua própria realidade.

Considerações Finais

Minha vida de Menina é uma obra clássica que oferece um retrato da sociedade no fim do século XIX e as principais questões daquele tempo. Aflições estas que continuam contemporâneas. De modo sincero e inocente, a narradora desvela preconceitos e práticas contraditórias que eram naturalizados, oferecendo ao leitor verdades omitidas na construção da história oficial do país.

Logo, este trabalho torna-se mais necessário, pois possibilitará ao professor a construção de uma nova concepção do processo de leitura que reconhece uma variedade de sujeitos com diferentes práticas culturais no âmbito escolar e pretende, a partir disso, trabalhar a literatura como representação dessa diversidade e como instrumento de mudança da realidade.

O professor pode alcançar este objetivo permitindo que os educandos tenham voz em sala de aula, que a partir da leitura de uma obra como a proposta neste trabalho, eles possam evidenciar quais daquelas situações pertencem a seu cotidiano e quais seriam as possibilidades de mudança.

O estudo da obra em classe vem a confirmar o que defendem muitos pesquisadores de literatura, bem como pensadores da educação: a literatura deve ser um instrumento de prazer, mas também suscitar um engajamento sociocultural e deve propiciar mudanças na vida do educando, ajudando-o a tornar-se sujeito crítico, construtor de sua história.

Referências

AGUIAR, Vera Teixeira de. Leitura Literária e escola. In: EVANGELISTA, A. A. M.; BRANDÃO, H. M. B.; MACHADO, M. Z. V. (Org.) *A escolarização da leitura literária: O jogo do livro infantil e juvenil*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. P. 235 – 256.

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. São Paulo, Perspectiva, 1987, 87 p.

BRANT, Vera. *Helena Morley: Alice Dayrell Caldeira Brant*. Disponível em: <<http://www.verabrant.com.br>>. Acesso em 13 de novembro de 2016.



CANDIDO, Antonio. O direito a literatura. IN: CANDIDO, Antonio. Vários Escritos. São Paulo: Duas Cidades, 1995, p.235 a 263.

CEREJA, William Roberto. *Ensino de Literatura: Uma proposta dialógica de ensino*. São Paulo: Saraiva 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

FREITAS, Anamaria G. B. de. “Minha vida de menina” registros acerca das relações de classe, raça/etnia e gênero no interior do Brasil, no final do século XIX. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7055.pdf>

LEJEUNE, Philippe. Diários de garotas francesas no século XIX: Constituição e transgressão de um gênero literário. *Revista Pagu*. Campinas: UNICAMP, 1997, V.8,p.99-114.

MARTINS, Ivanda. A literatura no ensino médio: quais os desafios do professor?IN: BUNZEN, Clecio;MENDONÇA,Marcia(Orgs).*Português no ensino médio e formação do professor*. Parábola, p.83-102.

Morley, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

Horizonte, Editora PUCMINAS, 2005, p.138-153.

PAULINO, Graça; WALTY, Ivete. Leitura Literária: enunciação e encenação. IN: MARI, Hugo; WALTY, Ivete; VERSIANI, Zélia. *Ensaaios sobre Leitura*. Belo Horizonte, Editora PUCMINAS, 2005, p.138-153.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. Trad. Cláudio Henrique de Moraes Batalha; Miriam Pillar Grossi. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, n. 18, p. 09-18, 1989.

SECRETÁRIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. *Conteúdo Básico Comum do Ensino Fundamental e Médio: Proposta Curricular*. Belo Horizonte, 2006.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Centro e margens: notas sobre a historiografia literária. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea. Brasília, UNB, v. 32, p. 127-141, 2008.

SILVA, Ariely;GOMES,Jheniffer;GONÇALVES,Juliana;RODRIGUES,Tainá. *Por que discutir gênero nas escolas?*São Paulo: Ação Educativa, 2016.

SILVA, Ivanda Maria Martins. Literatura em sala de aula: Da teoria literária à prática escolar. *Anais do Evento PG Letras 30 Anos*. Pernambuco: UFPE, Vol. I (1): 514-527,2006.

